



Fonte:



Renascença
Música e Informação dia-a-dia.

07-07-2010

Medidas de austeridade chegam à Justiça

O PEC II chega ao sector. Vai ser apresentado um plano de corte das despesas e adiamento de alguns investimentos.

O ministro Alberto Martins anunciou hoje que o Conselho Consultivo da Justiça reúne-se na segunda-feira para analisar o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o sector, que tem "uma máquina muito pesada" em termos de recursos técnicos e humanos.

O governante, que falava na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, revelou ainda que na reunião serão discutidas medidas para a acção executiva (cobrança de dívidas e penhoras), onde se registam "dificuldades e retardamento da marcha processual". Outra das novidades, prende-se com o Código de Custas Processuais e o "regresso ao sistema anterior", em que eram pagas em "vários momentos e não num só".

"Vai haver uma alteração de todas as regras de taxas, emolumentos e custas", afirmou, o ministro acrescentando, estar também definido que determinados investimentos não serão feitos. "Alguns estabelecimentos prisionais não serão feitos este ano", contou, apesar de continuarem a ser prioridade do seu ministério.

A redução dos pagamentos antecipados é outra das alterações previstas, com Alberto Martins a garantir que se trata de "um conjunto de medidas muito avançadas", cujo ante-projecto será enviado na próxima semana à Ordem dos Advogados.

"A Justiça é um bem escasso e um bem caro", assume Alberto Martins, que tem noção de que "é preciso tentar encontrar uma solução de equilíbrio" para que os mais carenciados não sejam afectados.

Quanto ao novo mapa judiciário, o ministro apresentou como nova calendarização Setembro de 2014, o que levou deputados da oposição a questionarem a morosidade na implementação desta "importante" medida, já que a actual organização dos tribunais remonta ao tempo da rainha D. Maria.